

**NESTA EDIÇÃO**

***Fusão da BM&FBovespa com a Cetip vai reduzir custos para os clientes, 2***

***Destaques da Atuação da Abrasca, 3***

*IN RFB 1700 – verificação de impactos tributários para as companhias Abrasca debate sustentabilidade nas estratégias empresariais*

***Abrasca pede adiamento do prazo de entrega da ECF, 3***

***Semana no Congresso, 4***

***Calendário das Reuniões da Diretoria 2017/2018, 6***

**Expediente**

**Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA** é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - [www.abrasca.org.br](http://www.abrasca.org.br) - [abrasca@abrasca.org.br](mailto:abrasca@abrasca.org.br)

Alfried Karl Plöger - Presidente; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim Mattar Junior, Maurício Perez Botelho - Vice-Presidentes; Antonio D. C. Castro,

Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

## **Fusão da BM&FBovespa com a Cetip vai reduzir custos para os clientes**

Em entrevista ao **SIA & CIA**, **Juca Andrade, Diretor Executivo de Produtos e Clientes da B3**, disse que a companhia assumiu o compromisso de compartilhar, na forma de descontos, bonificações ou programas de incentivo, 30% das sinergias de despesas que serão capturadas com a combinação de negócios entre BM&FBovespa e Cetip. “Não temos ainda um detalhamento sobre quais produtos, serviços, mercados ou grupo de clientes serão impactados”, acentuou o executivo.

Disse também que a criação da B3 permitirá a consolidação de processos e sistemas de back office de tesourarias, custodiantes, agentes escrituradores, assets e corretoras, com possível redução de custos e de riscos operacionais para todo o sistema financeiro. Juca Andrade destacou ainda que a união das empresas deverá abrir mais alternativas de negócios para as companhias levantarem recursos e mitigar riscos.

**S&C** – O que representa para o mercado o surgimento da B3, resultado da fusão da BM&FBovespa com a Cetip? Como esta nova estrutura vai gerar valor para os participantes?

**Juca Andrade** – A B3, resultado da combinação de atividades entre a BM&FBovespa, uma das maiores bolsas do mundo em valor de mercado, e a Cetip, a maior depositária de títulos privados de renda fixa da América Latina, nasce como uma empresa muito maior do que a soma das partes, com benefícios para clientes e parceiros de negócios ao oferecer infraestrutura de mercado financeiro com vasta oferta de produtos e serviços. A B3 assume um compromisso com os seus clientes oferecendo um atendimento de alta qualidade, investindo no fortalecimento das parcerias, além de disponibilizar os serviços de que o mercado precisa, agora em um só lugar.

**S&C** – Ao anunciar a combinação de negócios, o então presidente da BM&FBovespa, Edemir Pinto, disse que a integração iria exigir

menos margem dos participantes do mercado. Como isso vai ocorrer e qual o percentual estimado desta redução?

**Juca Andrade** – É difícil estimar exatamente quais serão todos os benefícios para os usuários ao se conectarem com uma infraestrutura única no mercado, que pretende unificar plataformas e simplificar processos ao longo do tempo. Entretanto, sabemos que os clientes que já se utilizavam dos serviços de registros de derivativos de balcão poderão contar com a Clearing única (da antiga BM&FBovespa) para aquelas operações em que eles optarem, ou forem exigidos por regulamentação, a liquidar por uma contraparte central (CCP), evitando desta forma a necessidade da construção de uma nova Clearing e todo o investimento, custos e riscos de observância que isto acarretaria. Adicionalmente, no que diz respeito aos custos que os clientes têm por usar os serviços da B3, a companhia assumiu um compromisso de compartilhar, na forma de descontos, bonificações ou programas de incentivo, 30% das sinergias de despesas que serão capturadas com a combinação, durante certo prazo. Ainda não temos um detalhamento sobre quais produtos, serviços, mercados ou grupo de clientes serão impactados, isso será comunicado para todo mercado no seu tempo. Mas destaco que o principal ganho é a solidez financeira, eficiência e segurança regulatória que a combinação proporcionará para clientes, reguladores e, conseqüentemente, para toda a sociedade. Os clientes da B3 poderão utilizar uma única empresa para realizar todo de tipo de negociação, registro e depósito de ativos, com todos os ganhos de eficiência que isto proporcionará.

**S&C** – Quais são as vantagens e benefícios para as companhias abertas? Haverá redução de custos? Em caso positivo favor citá-los.

**Juca Andrade** – Todo o mercado terá maiores oportunidades de negócios. Para as empresas e investidores que utilizavam as duas companhias para levantar recursos e mitigar seus riscos, a união da BM&FBovespa com a CETIP é uma oportunidade para desenvolver cada vez mais alternativas. Bancos e

corretoras poderão oferecer um amplo portfólio de produtos e serviços a seus clientes finais. Essa plataforma única vai alavancar o crescimento, de forma sustentável, da empresa combinada.

**S&C** – O que a B3 irá agregar em novas possibilidades de negócios e quais serão?

**Juca Andrade** – Com a criação da B3, além da solidez financeira, eficiência e segurança regulatória, integração das atividades de negociação eletrônica, Central Depositária de ativos e valores mobiliários e sistema de registro de ativos, deverá permitir a consolidação de processos e sistemas de back office de tesourarias, custodiantes, agentes escrituradores, assets e corretoras, com possível redução de custos e de riscos operacionais para todo o sistema financeiro e a eventual consolidação das atividades de autorregulação e supervisão de mercado. Além das eficiências de custos, a combinação pode gerar para os participantes dos mercados financeiro e de capitais uma potencial redução de capital, seja pela combinação de serviços que podem ajudar a reduzir o risco operacional, seja pela possibilidade de se utilizar derivativos balcão e de bolsa em uma mesma contraparte central.

**S&C** – Há planos para dinamizar o mercado secundário de títulos de dívida privada de médio e longo prazo?

**Juca Andrade** – A B3 mantém como uma de suas prioridades o desenvolvimento e aprimoramento contínuo de produtos e serviços que atendam às necessidades de seus clientes. Para cada produto e segmento específico, iremos tomar as decisões que forem melhores para os nossos clientes, sempre ouvindo o mercado e os reguladores com antecedência, uma prática que já era comum em ambas as empresas. A B3 reitera o compromisso de manter um portfólio completo de produtos e serviços, além de oferecer a seus clientes e participantes plataformas flexíveis de negociação e um dos sistemas mais robustos e completos no que diz respeito a registro, precificação, avaliação de risco e gerenciamento de operações de derivativos de balcão e de renda fixa.

## Destaques da Atuação da Abrasca

Publicamos bimestralmente as prioridades da agenda de trabalho. A última edição (maio/junho) trouxe as seguintes atualizações sobre nossas atividades:

### IN RFB 1700 – verificação de impactos tributários para as companhias

**Foi criado um Grupo de Trabalho da CANC** – Comissão de Auditoria e Normas Contábeis **em conjunto com a COJUR** – Comissão Jurídica - **para analisar com profundidade a IN 1700**, emitida pela RFB em 14/03/2017.

A Instrução veio para disciplinar a tributação sobre o lucro (IRPJ/CSLL) e receita (PIS/COFINS), especialmente considerando a Lei 12.973 e possui mais de 300 artigos. Diante da complexidade do tema, é fundamental a análise de impactos tributários para as companhias abertas e garantir a preservação do entendimento legal vigente.

### Abrasca debate sustentabilidade nas estratégias empresariais

Desafio foi a palavra de ordem no evento internacional **“Construindo Conexões para um Futuro Sustentável”**, realizado conjuntamente pela Associação Brasileira das Companhias Abertas (**Abrasca**) e o CDP-Driving Sustainable Economies. Depois de listar os desafios dos novos tempos, Guilherme Setubal (diretor da **Abrasca**) pregou a inserção da sustentabilidade nas estratégias empresariais. Susan Howells (CDP) definiu a situação atual como **“um momento criticamente urgente”** e discorreu sobre água e florestas. O físico Shigeo Watanabe falou sobre precificação de carbono, definindo-a como **“importante instrumento de transição, mas que certamente não é algo inerente ao mercado”**.

**“A sociedade, de forma geral, vive um momento desafiador, de constantes questionamentos e transformações no modo de pensar, de agir, e na forma como faz suas escolhas e toma decisões. No mundo dos negócios, não é diferente. Atualmente temos que lidar com situações que até pouco tempo não precisávamos – como a escassez de recursos, o aquecimento global e o aumento da desigualdade social e do desemprego”**, disse Guilherme Setubal, na abertura da 3ª Conferência Internacional **Abrasca-CDP**.

De acordo com o executivo, que é também diretor de Relações com Investidores, Riscos e Compliance da Duratex, as demandas de mercado são cada vez mais exigentes em busca de alternativas que ajudem a ultrapassar os desafios dessa nova economia **“e as empresas devem estar preparadas para discutir e promover ações que ajudem na solução desses problemas, além de ampliar a sua gestão com cada vez mais transparência e ética”**. E completou: **“Nesse contexto, inserir de fato a sustentabilidade na estratégia das companhias, levando o tema em conta nas tomadas de decisão, tem contribuído para iniciarmos a superação desses desafios”**.

Depois de lembrar que nas economias do Brasil, China e Índia a divulgação ambiental ainda não é uma norma, Susan Howells (Global operations CDP Worldwide) destacou o desafio hídrico e a destruição de florestas tropicais. Para o Brasil ela recomenda investimentos em energias renováveis.

Na visão de Mário Monzone, do Centro de Estudos de Sustentabilidade da FGV, a curva mudou. **“Vamos viver esse novo cenário com mais intensidade e as experiências que nós temos mostram a precificação como um complemento”**. E aduziu: **“Poluir tem que se tornar bem mais caro e isso vai estimular os investimentos na mitigação”**. Já o seu colega de painel Shigeo Watanabe (CO2 Consulting) falou que a precificação do carbono é uma transição para prever como viveremos sem os recursos que temos hoje. Destacou que 68% das emissões estão ligadas ao uso da terra (criação de gado e desmatamento) e que nesta transição é preciso precificar as emissões de carbono.

A embaixadora da Noruega, Aud Wiig, disse ter se sentido encorajada, pois o evento promoveu um rico debate entre academia, governo e o setor privado. **“Naturalmente temos papéis diferentes, mas são os governos que precisam incentivar e caberá ao setor privado entregar os projetos”**.

Luis Fernando Laranja (Kaeté Investimentos) e Humberto Matsuda (Performance Investimentos) discorreram sobre Projetos na Amazônia, mostrando que o nativo precisa de renda e se lhes forem dadas alternativas, como criação de **“galinha, porco e peixe”**, eles cuidarão da preservação ambiental. **“A lógica é apoiar empresas agroindustriais que tenham investimento em agricultu-**

**ra familiar, uma real alternativa ao desmatamento para esses pequenos agricultores”**, acentuou Laranja.

Matsuda destacou que o Brasil precisa gerar valor/riqueza. **E não deverá fazê-lo pela via da exploração dos recursos naturais e tampouco da exploração de mão de obra. “O ideal é a geração de produtos e serviços sustentáveis e investimentos em energia renovável”**.

Evento ainda reuniu outros players do mercado, como Maíra Rezende (Apex), Denise Pavarina (Task-Force on Climate Related Financial Disclosure), Karen Tanaka UL EHS Sustainability) e Vânia Borgerth (BNDES e Comissão do Relatório Integrado), Emir Boravac (ESG specialist Nordea), Chris Fowle (PRI), William Cox (M&E) e Raquel Castelpoggi (Fundação Real Grandeza).

Durante todo o dia o evento reuniu mais de 100 pessoas no Teatro Vivo, na capital paulista.

**Conheça mais sobre os Destaques da Atuação da Abrasca acessando:** <https://goo.gl/qgeChK>.

## Abrasca pede adiamento do prazo de entrega da ECF

A **Abrasca** enviou carta à Receita Federal solicitando a postergação do prazo de entrega da ECF – Escrituração Contábil Fiscal – ano calendário 2016 para outubro de 2017 e o esclarecimento de dúvidas das companhias.

Veja a íntegra da carta a seguir:

Rio de Janeiro, 08 de maio de 2017  
Ilmo Sr. Jorge Antônio Deher Rachid  
Secretário da Receita Federal do Brasil

Prezado Sr. Secretário,

Vimos por meio desta, solicitar a prorrogação do prazo para transmissão das informações da ECF – Escrituração Contábil Fiscal – relativa ao ano calendário 2016 – para o último dia útil do mês de outubro de 2017, pelos motivos a seguir expostos:

### Layout definitivo da ECF

Foram inúmeras as modificações realizadas no layout definitivo da ECF em 2017, cuja versão final do PVA (Programa Validador de Arquivo) só foi divulgada no final do mês de abril. Isso causou atrasos no processo de implan-

tação sistêmica informacional nas companhias, que, por sua vez, dependem ainda das empresas de tecnologia da informação para elaborarem as soluções necessárias para o sistema.

### **Regulamentação da Declaração País a País**

O correto preenchimento das informações requeridas pelos Registros (W100, W200, W250 e W300) existentes no Bloco W, exclusivamente criado para fins de atendimento às exigências da Declaração País a País, depende da disponibilização por parte da Receita Federal do Brasil (RFB) de Instruções Normativas e de Manuais de Orientação. A referida normatização e orientações estavam previstas para serem divulgadas no final de março/2017. Posteriormente, foi alterada a data de divulgação da IN e do Manual para meados de abril/2017. Até o momento, não houve divulgação de nenhum normativo por parte da RFB.

Tais fatos estão causando impactos para as empresas, pois há um prazo exíguo para que se possa obter todas as informações solicitadas e fazer as devidas parametrizações sistêmicas.

### **Dúvidas pendentes sobre a Declaração País a País**

Mesmo com a publicação da IN RFB 1681/2016 e do Manual da ECF, ainda restam pendentes questões importantes que as companhias consideram que não estão claras:

a) Quais são os princípios contábeis para preenchimento da DPP – Declaração País a País?

b) Os empreendimentos controlados em conjunto devem ser reportados? Caso positivo, que empresa deverá reportar as informações destas?

c) Como será calculada a taxa média para fins de conversão dos valores em moeda estrangeira?

d) Qual a definição de “Imposto Pago” para fins de atendimento da ECF?

e) Qual a definição de “Demonstração Financeira” e qual é o seu impacto sobre os estabelecimentos permanentes?

f) Deverão ser reportadas as empresas vendidas no curso do ano?

Diante do exposto, reiteramos a solicitação de prorrogação do prazo para transmissão das informações da ECF – Escrituração Contábil Fiscal – relativa ao ano calendário 2016 – para o último dia útil do mês de outubro de 2017.

Alfried K. Plöger  
Presidente

## **Semana no Congresso**

Segue a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Souza, Cescon, Barriou & Flesch Advogados** para a semana de **08 a 12 de maio de 2017**:

### **CÂMARA DOS DEPUTADOS**

#### **Plenário:**

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana as seguintes proposições legislativas:

• **Imunidade Tributária.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá em primeiro turno a Proposta de Emenda à Constituição n° 200/2016 que prevê a não incidência sobre templos de qualquer culto do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU), ainda que as entidades abrangidas pela imunidade tributária sejam apenas locatárias do bem imóvel. **Acesse em:** <https://goo.gl/PT9Sro>.

• **Recuperação Fiscal dos Estados.** O Plenário da Câmara dos Deputados incluiu em pauta a votação dos destaques do Projeto de Lei Complementar n° 343/2017 que institui o Regime de Recuperação Fiscal dos Estados e do Distrito Federal. **Acesse em:** <https://goo.gl/1W5fmS>.

• **Propriedade Industrial.** O Plenário da Câmara dos Deputados discutirá o Projeto de Lei n° 333/1999 que altera a Lei n° 9.279/1996 (Lei de Propriedade Industrial) para incluir penas mais severas para os crimes cometidos contra as marcas. **Acesse em:** <https://goo.gl/QysjLK>.

• **Previdência Complementar – Governança das Entidades de Previdência Complementar (Fundos de Pensão).** O Plenário da Câmara dos Deputados continuará a discussão, em turno único, do Projeto de Lei Complementar n° 268/2016, que altera a Lei Complementar n° 108, de 29 de maio de 2001, para aprimorar os dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e a suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas. **Acesse em:** <https://goo.gl/SNPsym>.

#### **Comissões:**

### **Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (“CCJC”)**

A CCJC realiza em 9 de maio, às 14h30min, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes temas:

• **Financiamento de Projetos Fora do Território Nacional.** A Proposta de Emenda à Constituição n° 272/2016 acrescenta parágrafo único ao art. 192 da Constituição Federal para proibir as agências financeiras oficiais de fomento de concederem crédito para financiar projetos executados fora do território nacional. O relator desse projeto é o Dep. Maia Filho (PP-PI). **Acesse em:** <https://goo.gl/FSw5qV>.

• **Taxas de Juros.** A Proposta de Emenda à Constituição n° 160/2015 acrescenta o parágrafo 4º ao art. 192 da Constituição Federal para estabelecer limite às taxas juros. Em linhas gerais, a proposta quer limitar o excesso praticado por instituições financeiras que adotam múltiplas taxas em cobranças dos clientes. A relatora dessa proposta é a Dep. Gorete Pereira (PR-CE). **Acesse em:** <https://goo.gl/fwlKBh>.

• **Demonstrações Financeiras – Obrigatoriedade para LTDAs.** O Projeto de Lei n° 2.813/2000 estabelece a obrigatoriedade de publicação das demonstrações financeiras das sociedades por quotas de responsabilidade limitada. O relator desse projeto é o Dep. Arthur Lira (PP-AL). **Acesse em:** <https://goo.gl/raLX8H>.

### **Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e Amazônia (“CINDRA”)**

A CINDRA realiza no dia 10 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

• **Tributação.** O Projeto de Lei n° 5.023/2016 reduz a zero as alíquotas das Contribuições PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre a venda de mercadorias para pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não cumulativa situadas nas áreas de livre comércio da região amazônica. O relator desse projeto é o Dep. Alan Rick (PRB-AC). **Acesse em:** <https://goo.gl/zLhWjt>.

**Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática (“CCTCI”)**

• **Audiência Pública – Política Industrial.** A CCTCI realiza audiência pública no dia 11 de maio, às 9h30min, para debater o contencioso entre a Organização Mundial do Comércio (OMC) e o Brasil sobre a política industrial do país, incluindo a Lei de Informática. Foram convidados os Senhores Maximiliano Salvadori Martinhão (Secretário de Política de Informática do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações), Rafael Henrique Rodrigues Moreira (Diretor do Departamento de Tecnologias Inovadoras da Secretaria de Inovação e Novos Negócios do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços), General Joaquim Silva e Luna (Secretário-geral do Ministério da Defesa), General Aderico Visconte Pardi Mattioli (Assessor para Assuntos Institucionais do Departamento de Ciência e Tecnologia do Comando do Exército), Humberto Barbato (Presidente-executivo d Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica), Luiz Fernando Vianna (Vice-presidente da Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica e Inovação), Benito Paret (Presidente do Sindicato das Empresas de Informática do Estado do Rio de Janeiro), Sergio Paulo Gallindo (Presidente-executivo da Associação Brasileira das Empresas de Tecnologia da Informação e Comunicação (Brasscom) e as Senhoras Daniela Arruda Benjamin (Chefe da Divisão de Contenciosos Comerciais do Ministério das Relações Exteriores) e Gianna Sagazio (Diretora de Inovação da Confederação Nacional da Indústria).

**Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)**

A CDEICS no dia 10 de maio, às 9h30min, realiza reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes temas:

• **Assembleias de Acionistas.** O Projeto de Lei nº 6.962/2010 acrescenta o inciso XI e o parágrafo 5º ao art. 136 da Lei das Sociedades Anônimas para estabelecer a obrigatoriedade da participação das Assembleias de Acionistas no conhecimento prévio das chamadas operações com partes relacionadas e nas operações que envolvam conflitos de interesses da

Companhia. O relator desse projeto é o Dep. Lucas Vergílio (SD-GO). **Acesse em:** <https://goo.gl/U36UBZ>.

• **Novas Fontes de Crédito. Recuperação Judicial.** O Projeto de Lei nº 1933/2015 altera o art. 67, caput, e acrescenta novo parágrafo 5º ao art. 83 da Lei de Falências com a finalidade de permitir novas fontes de crédito às empresas em recuperação judicial e falência. O relator desse projeto é o Dep. Jorge Corte Real (PTB-PE). **Acesse em:** <https://goo.gl/aBe0WV>.

**Comissão de Finanças e Tributação (“CFT”)**

A CFT realiza no dia 10 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foi pautado, entre outros, o seguinte projeto:

• **Negociação de Ações.** O Projeto de Lei nº 6.034/2002 altera o parágrafo único do art. 31 da Lei nº 9.069, de 29 de junho de 1995 (Lei do Plano Real), para possibilitar ao BNDES negociar as ações depositadas no Fundo de Amortização da Dívida Pública Mobiliária Federal em mercado de balcão organizado ou não organizado. O relator desse projeto é o Dep. Enio Verri (PT-PR). **Acesse em:** <https://goo.gl/3r26Y1>.

**SENADO FEDERAL**

**Comissão de Assuntos Econômicos (“CAE”)**

A CAE realiza reunião deliberativa no dia 9 de maio, às 10 horas, em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos de lei:

• **Fomento a Exportações.** O Projeto de Lei do Senado nº 38/2017 trata da prestação de auxílio financeiro pela União aos Estados, ao Distrito Federal e aos Município, relativo ao exercício de 2017 com o objetivo de fomentar as exportações do País. A relatora desse projeto é a Sen. Lúcia Vânia (PSB-GO). **Acesse em:** <https://goo.gl/pWwR4k>.

• **Baixa dos Registros da Empresa.** O Projeto de Lei do Senado nº 150/2016 acrescenta art. 60-A à Lei nº 8.934, de 18 de novembro de 1994 (Lei de Registro Público de Empresas Mercantis), e estabelece que o requerimento de baixa da empresa na Junta Comercial dispensa a necessidade de providências e apresentação de documentos nos de-

mais órgãos federais, estaduais, distritais ou municipais. O relator desse projeto é o Sen. Hélio José (PMDB-DF). **Acesse em:** <https://goo.gl/3kZIBF>.

• **Regras de Publicação de Balanços.** O Projeto de Lei do Senado nº 632/2015 altera a Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007 (Lei trata da elaboração e divulgação de demonstrações financeiras) para prever a aplicação às sociedades de grande porte das regras de publicação dos balanços existentes na Lei das Sociedades Anônimas. O relator desse projeto é o Sen. Valdir Raupp (PMDB-RO). **Acesse em:** <https://goo.gl/GJvIGE>.

**Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (“CCJ”)**

A CCJ realiza reunião deliberativa no dia 10 de maio, às 10 horas, em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos de lei:

• **Tributação.** O Projeto de Lei do Senado nº 610/2015 altera diversas disposições tributárias, entre elas (i) altera o procedimento de consulta de natureza tributária e a suspensão da exigibilidade do crédito, (ii) o desarquivamento do processo de execução fiscal e a prescrição intercorrente, (iii) a dispensa das empresas optantes pelo regime do lucro presumido de retenção na fonte do IR, COFINS, CSLL e PIS, (iv) altera o procedimento de compensação de crédito tributário contra a União, passível de restituição ou ressarcimento, (v) revoga dispositivos da Lei de licitações que impõem a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista para a habilitação em licitações, (vi) revoga o art. 18 da Lei 10.833/2003 (Lei que altera a Legislação Tributária Federal), que trata do lançamento de ofício da imposição de multa ante comprovada falsidade da declaração do sujeito passivo em caso de compensação tributária. O relator desse projeto é Sen. Antonio Anastasia (PSDB-MG). **Acesse em:** <https://goo.gl/P7SFWQ>.

• **Licitações – Certidões Para Prevenir Conflitos e Participação em mais de um Licitante.** O Projeto de Lei do Senado nº 584/2011 altera a Lei de Licitações e Contratos da Administração Pública para estabelecer que o objeto da licitação somente poderá ser adjudicado para licitante que compro-

var, por meio de certidões emitidas pela junta comercial, que nenhum dos seus sócios ou seus parentes até o terceiro grau, integrava o quadro societário de outra empresa que tenha participado do certame no momento da abertura do procedimento licitatório, da apresentação das propostas e do julgamento. O Sen. José Pimentel (PT-CE) é o relator do referido projeto. **Acesse em:** <https://goo.gl/XZf59o>.

**NOVOS PROJETOS DE LEI**

Abaixo, seguem novas proposições legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada, e que podem ser de interesse:

**Câmara dos Deputados**

• **Duplicatas.** O Projeto de Lei nº 7.546/2017 altera a redação do caput do art. 20 da lei nº 5.474 de 18 de julho de 1968, visando aprimorar a lei sobre as duplicatas. Leia aqui, o avulso inicial da matéria. **Acesse em:** <https://goo.gl/f5Mbkr>.

• **Isenção de Emolumentos em Atos Notariais.** O Projeto de Lei nº 7.550/2017 acresce artigo à Lei no 10.169, de 29 de dezembro de 2000 (Lei que regula emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro) para estabelecer hipótese de isenção de emolumentos em razão de prática de atos registrais relativos a imóveis urbanos incluídos em programas de re-

gularização fundiária de interesse social ou de habitação de interesse social ou imóveis rurais incluídos em programa de regularização fundiária rural. Leia aqui, o avulso inicial da matéria. **Acesse em:** <https://goo.gl/sJKHc3>.

**Senado Federal**

• **Arbitragem nas Desapropriações por Utilidade Pública.** O Projeto de Lei do Senado nº 135/2017 altera o Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941 (Decreto que trata de desapropriações por utilidade pública, para possibilitar a arbitragem na definição dos valores de indenização nas desapropriações por utilidade pública. **Acesse em:** <https://goo.gl/RX57rJ>.

**Calendário das Reuniões da Diretoria 2017/2018**

<b>Evento</b>	<b>Data</b>	<b>Local</b>
Reunião Ordinária	08/06/2017	Bocater Advogados / SP
Reunião Ordinária	27/07/2017	A definir
Reunião Ordinária	31/08/2017	Tozzini Freire Advogados / SP
Reunião Ordinária	05/10/2017	BMA Advogados / SP
Reunião Ordinária	30/11/2017	Souza Cescon Advogados / SP
Reunião Ordinária	18/01/2018	Pinheiro Neto Advogados / RJ
Reunião Ordinária	15/03/2018	Stocche Forbes Advogados / SP
Reunião Ordinária	26/04/2018	Pinheiro Neto Advogados / SP

**ANUÁRIO ESTATÍSTICO**  
das Companhias Abertas 2016/2017  
Ano 12 - Nº 12 - R\$ 35,00 - US\$ 12,00

Indicadores econômico-financeiro das companhias abertas brasileiras  
Economic and financial indicators of Brazilian publicly-held companies

Rankings, investimentos e empregos  
Rankings, Investments and Jobs

Os 40 anos da CVM  
The 40 years of CVM

**INVISTA EM TRANSPARÊNCIA**

O mercado de capitais valoriza essa atitude!

Anuncie no Anuário da Abrasca 2017 e destaque-se dentre as maiores empresas da economia brasileira.

Tel.: (21) 2223-3656 - R. 211 ou atendimento@abrasca.org.br

**abrasca**  
Associação Brasileira das Companhias Abertas